

ARTIGO / ARTICLE

## EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA COMO FERRAMENTA DE PARTICIPAÇÃO DOS COOPERADOS

EDUCATION, FORMATION AND INFORMATION IN THE CONTEXT OF COOPERATIVE EDUCATION AS A TOOL OF THE COOPERATED PARTICIPATION

Matheus Gomes Pereira<sup>1</sup>, Márcia Eliana Martins<sup>2</sup>, Suellen Nascimento dos Santos<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Graduado em Gestão de Cooperativas e pós-graduando em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha / E-mail: [matheusgomespereira00@gmail.com](mailto:matheusgomespereira00@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Serrinha/ E-mail: [marcia.martins@ifbaiano.edu.br](mailto:marcia.martins@ifbaiano.edu.br), <https://orcid.org/0000-0001-5828-5983>

<sup>3</sup>Doutora em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha/E-mail: [suellen.santos@ifbaiano.edu.br](mailto:suellen.santos@ifbaiano.edu.br), <https://orcid.org/0000-0003-2627-9575>.

Recebido: 07/04/2022

Aceito: 18/04/2022

Publicado: 18/04/2022

**RESUMO:** O cooperativismo mostra-se crescente nos últimos anos e, por isso, tornam-se cada vez mais importantes os estudos que se propõem a auxiliar na manutenção dos cooperados e na busca de novos por meio da educação, ferramenta imprescindível para o alcance dos objetivos cooperativistas, entre eles o desenvolvimento social, econômico e a inserção da comunidade, promovendo melhor distribuição de renda. Essa pesquisa teve como objetivo identificar a relação entre a educação cooperativista e a participação dos cooperados, através de pesquisa bibliográfica de materiais disponíveis em repositórios universitários, tendo como filtro para pesquisa termos como cooperativismo, educação e participação. Utilizando os materiais pesquisados foi possível identificar que a educação cooperativista se apresenta como instrumento de constância para o cooperativismo e sua doutrina, proporcionando formas de participação mais qualificadas nos diferentes espaços coletivos deste tipo de empreendimento.

**Palavras-Chave:** Cooperativismo. educação cooperativista. Participação.

**ABSTRACT:** Cooperativism has been growing in the last years and, because of it, studies that aim to assist in the maintenance of cooperative members and in the search for new ones through education, an essential tool to achieve cooperative goals, have become increasingly important. Among the cooperative goals, there are the social and economic development and the inclusion of the community, promoting better income distribution. Thus, this research aimed to identify the connection between cooperative education and the participation of cooperative members, through bibliographic research of materials available in university repositories, using terms such as cooperativism, education and participation as a filter for research. Through the materials researched, it was possible to identify that cooperative education presents itself as an instrument of constancy for cooperativism and its doctrine, providing more qualified forms of participation in the different collective spaces of this type of enterprise.

**Keywords:** Cooperativism. Cooperative education. Participation.

## 1. Introdução

O presente artigo propõe uma discussão teórica acerca da participação nas cooperativas à luz do quinto princípio – Educação, Formação e Informação -, pressupondo a Educação Cooperativista como ferramenta básica para a efetiva participação dos cooperados nas atividades do empreendimento.

Atualmente no Brasil, existem mais de 5.000 cooperativas<sup>1</sup>, com mais de 15 milhões de associados, segundo dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2020). Pensando a quantidade de cooperativas, ao número de cooperados e vinculando isso aos princípios, principalmente o 5º, que se faz importante atribuir ênfase à Educação como ferramenta mantenedora de bom relacionamento e participação nas cooperativas, mas perfazendo o caminho de perceber que ela não se interrompe nos limites palpáveis da cooperativa, mas se estende a casa e dia a dia de cada cooperado.

A educação acontece em diversos ambientes: inicia-se no âmbito familiar, estende-se ao conhecimento de teorias na escola e às experiências ao longo da vida. Por isso, a educação é construtiva, ou seja, moldada a partir de diferentes relações. Assim, Freire (1987) nos traz perspectivas sobre os diferentes modos de se fazer educação, nos permitindo perceber que a “educação libertadora” dialoga de maneira mais efetiva com a discussão cooperativista, pois acontece de maneira participativa, levando em consideração discussões, opiniões e divergentes pensamentos, proporcionando uma riqueza de ideias que são fundamentais para a construção de um conhecimento multifacetado.

Por esse motivo, o estudo da relação entre educação e participação de cooperados no funcionamento da cooperativa faz-se necessário à medida que se propõe mostrar a ligação dos dois temas e os seus desdobramentos no desenvolvimento cooperativo, conforme a educação se faz mais presente na realidade cooperativa, levando, de fato, ao exercício do quinto princípio cooperativista – Educação, Formação e Informação.

O problema da pesquisa proposto neste trabalho está fundamentado em entender a influência da educação cooperativista na participação do cooperado em atividades coletivas na

---

<sup>1</sup> É importante salientar que este número corresponde somente às cooperativas vinculadas à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e não inclui uma grande parcela de outros empreendimentos cooperativos cuja representação está vinculada a outras entidades.

---

*Educação, formação e informação no contexto da educação cooperativista ...*

cooperativa – Assembleia Geral, Assembleia Ordinária, votações e conselhos –, pois a pouca participação pode ocasionar na descontinuação das atividades da cooperativa, por dificuldade de formação de novos integrantes para a parte administrativa, estando diretamente ligada com a vida da cooperativa. Esta pesquisa, realizada em caráter bibliográfico, no começo foi pensada para acontecer em campo, como um estudo de caso. Por conta da pandemia de COVID-19 e motivos burocráticos da comissão de ética do Instituto Federal Baiano, não poderia ser realizada em tempo hábil para apresentação e, por tais motivos, precisou ter seu caráter alterado.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar a relação entre a educação cooperativista e a participação dos cooperados. Especificamente, buscou-se identificar em literatura específica – teses, artigos e trabalhos de conclusão de curso – as ações de educação cooperativista oferecidas aos cooperados e entender a relação entre as ações de educação cooperativista e a participação dos cooperados.

Visando apresentar o desenvolvimento dos objetivos propostos, este artigo está subdividido em outras quatro seções, além desta introdução. A primeira seção diz respeito aos apontamentos teóricos e sua primeira parte traz uma contextualização histórica sobre o cooperativismo, seguida da discussão sobre participação. A segunda seção apresenta a relação encontrada entre as ações de educação cooperativista e a participação dos cooperados nas atividades da cooperativa. A terceira seção apresenta a metodologia trabalhada, caracterização da pesquisa e autores estudados. Por fim, a quarta seção traz as considerações finais.

## 2. Referencial teórico

### *2.1. Contextualização histórica: cooperativismo, educação cooperativista e participação*

Na Europa, no final do século XIX, a Revolução Industrial acontecia a todo vapor e as pessoas que tinham trabalhos manuais e artesanais passaram a ser substituídas por máquinas e novos meios de produção, levando a uma elevada taxa de desemprego. Por outro lado, o trabalho assalariado levava os trabalhadores a se condicionarem à exploração do tempo e força de trabalho em troca de baixos salários e condições degradantes, por muitas vezes desumana e por vezes trabalhando por 16 a 18 horas diárias, com baixa oferta de alimentação e péssimos

alojamentos (CASTANHO, 2008). É nesse contexto que, na Inglaterra, mais especificamente em Rochdale/Manchester, surge a primeira cooperativa nos moldes que conhecemos hoje em dia, chamada Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, formada por 27 homens e 1 mulher, em sua maioria tecelões.

A Sociedade surge como um contraponto à realidade estabelecida à época, que era do capitalismo cada vez mais feroz e que priorizava a burguesia. Para tal, empreenderam um armazém a fim de estocar produtos que seriam comprados em grande quantidade, assim, barateando o valor de compra e consequentemente sendo repassados aos cooperados a preços mais baratos, aumentando o poder aquisitivo do povo que vivia apenas com o básico.

Para garantir o funcionamento ideal do armazém e o relacionamento entre os fundadores (e futuros associados) foram criadas regras iniciais, tais como:

- I. Controle democrático: um voto por pessoa.
- II. Livre adesão: entrada e saída livre.
- III. Limitação do juro ao capital.
- IV. Retorno de excedentes.
- V. Vendas à vista.
- VI. Venda de mercadorias de boa qualidade.
- VII. Educação econômica e cooperativa.
- VIII. Neutralidade política e religiosa. (FRANTZ, 2012, p. 19)

Estas regras traduziam não só parâmetros de organização do trabalho, mas também, indicadores do comportamento esperado pelos associados à primeira cooperativa formal do mundo. Conforme as atividades foram se tornando mais complexas e o número de associados foi aumentando, as regras – chamadas de princípios – foram sendo adequadas. Os princípios desenvolvidos pelos pioneiros de Rochdale representam os embriões para o que atualmente conhecemos como os sete princípios do cooperativismo.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2017) “cooperativa é uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade.”, para isso, são alinhadas por sete princípios que as permitem colocar em prática os valores orientadores e diferenciais deste tipo de sociedade. Neste sentido, o conjunto de princípios foi alterado pela

---

*Educação, formação e informação no contexto da educação cooperativista ...*

última vez no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) de 1995, em Manchester, na Inglaterra, para adequar-se à realidade das cooperativas modernas. Na oportunidade, ficaram definidos os seguintes princípios com uso até os dias atuais:

- I. Adesão Voluntária e Livre, que trata da liberdade do indivíduo ingressar em uma cooperativa caso seja de seu interesse e que estejam aptos à utilização de seus serviços e assumir as responsabilidades como membro, sem qualquer discriminação;
- II. Gestão Democrática, que trata da obrigação da cooperativa enquanto organização de se guiar pela democracia, com voto, participação e decisão pela maioria;
- III. Participação Econômica, que regula sobre o dever do cooperado de contribuir para a manutenção dos serviços, com a integralização das quotas-partes;
- IV. Autonomia e Independência, que relata sobre a característica fundamental da cooperativa, que é ser uma organização de autonomia e ajuda mútua, não devendo colocar em risco o controle democrático dos seus próprios membros;
- V. Educação, formação e informação, que traz a reflexão principal deste trabalho, colocando um foco na educação de seus cooperados, representantes eleitos e, por vezes, da comunidade em que está inserida, possibilitando assim uma contribuição na realidade mais eficaz e assertiva;
- VI. Intercooperação, que apresenta a importância do fortalecimento entre as cooperativas, realizando atividades que envolvem cooperativas de diferentes ramos, formando um conjunto, utilizando estruturas locais e regionais;
- VII. Interesse pela Comunidade, que disserta acerca da necessidade de um olhar voltado à comunidade em que está inserida, através de políticas criadas e aprovadas dentro da própria entidade por seus membros, tecendo assim uma relação mais intrínseca com a realidade do seu entorno. (MEINEN; PORT, 2014)

Diante deste conjunto de princípios, cabe salientar que a importância do quinto princípio no contexto do cooperativismo moderno ganha corpo à medida que percebemos que, mesmo em seus primeiros estatutos (1844 e 1845), já se podia avistar a preocupação dos pioneiros de Rochdale com a educação pela formação dos cooperados, potencializando a adesão à doutrina cooperativa (STABACK, 2020, p. 50).

Assim, neste trabalho será discutido o 5º princípio - da Educação, Formação e Informação -, visto que há uma estreita ligação entre este e o caráter processual da Educação Cooperativista.

Neste sentido, cabe ressaltar que a educação cooperativista é um processo que não se encerra nos limites físicos da cooperativa, mas que se estende para além dele e se revitaliza com o tempo e participação do cooperado, contribuindo na relação cooperativa-cooperado no sentido de melhorar a aproximação dessas duas esferas que, para ideal funcionamento, devem estar intimamente integradas, pois sem ela as cooperativas “podem correr o risco de serem absorvidas pelo sistema socioeconômico vigente, em que há predominância da concorrência e do conflito” (SCHNEIDER, 2003 *apud* STABACK, 2020, p. 48). E, ao estimulá-la, é possível garantir a validade da educação e formação dos seus membros, representantes eleitos e seus trabalhadores, possibilitando-os entender sobre a organização onde estão inseridos, fortalecendo a participação e alinhando os seus objetivos e esforços com a finalidade de alcançar os melhores resultados econômicos e sociais possíveis. Por esse motivo Schneider (2007 *apud* STABACK, 2020, p. 50) diz que “a educação cooperativa é considerada ‘regra de ouro’ da proposta [...] e é a partir dela que se dá a possibilidade de compreensão dos outros princípios”, fortalecendo a ideia principal de que para que se compreenda e se faça cumprir os demais princípios é necessário ter intimidade com o 5º princípio, a se fazer iniciar de atividades dentro da própria cooperativa.

Dessa forma, deve-se contar com a educação, cuja finalidade básica é desenvolver novos conhecimentos, saberes e discutir conhecimentos já existentes entre aqueles que não têm a ciência dele e os que os dominam. Como se trata de um processo construtivo tem-se a necessidade de que os envolvidos participem de fato do processo educacional, que acontece de diversas maneiras: em sala de aula, rodas de diálogo, formações pontuais, local de trabalho e, acima de tudo, no dia-a-dia, dado por relações interpessoais e a troca de conhecimento, acadêmico ou não, entre os envolvidos.

Faz-se fundamental teorizar sobre as metodologias de ensino, ou seja, o modo em que esse conhecimento é gerado e discutido ou o modo em que esse conhecimento é, simplesmente, passado para o próximo. Em seu livro intitulado “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire teoriza sobre dois tipos de educação: a bancária e a libertadora/problematizadora. Sobre a bancária, Freire (1987, p. 37) diz que

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber.

Sobre a educação libertadora, Freire (1987, p.44) apresenta que

a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente.

A discussão da educação bancária e libertadora surge no intuito de relativizar os dois tipos de aprendizado. Há de se dizer que a educação libertadora faz muito mais sentido para a discussão cooperativista, visto que acontece e se agarra à ideia participativa, em que os educandos fazem parte, junto com o educador, da construção de conhecimento. Esta construção é diferente da educação bancária – onde o educando é apenas uma caixa vazia recebendo informações –, pois constrói-se conhecimento através de discussões, diálogos e pensamentos abertos à problematização, tendo como finalidade resolver questões da melhor maneira, levando em conta as experiências empíricas de cada pessoa, dadas a partir de vivências em sua realidade. O autor deixa isso claro ao dizer que “ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes” (FREIRE, 1987, p. 36), colocando em evidência que, a partir das experiências empíricas singulares de cada indivíduo, cria-se novo conhecimento passível de discussão para o aprendizado, fazendo teste para futuras ações.

Para além, Freire (1987, p. 36) relata que “deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, é o que deve ser: engajamento.”. Ou seja, para real criação e discussão, faz-se necessário engajamento, participação ativa nos diálogos e debates que surgirem, assim como em cooperativas, onde o diálogo e troca de informações são imprescindíveis para alcance dos objetivos, sejam eles quais forem, no sentido

de saber onde está inserido e o que está sendo feito.

Tais fatores também são apresentados por Bordenave (1983) quando o autor diz que a participação consiste na construção viva e ativa em todos os níveis de decisão, não apenas na recepção passiva das deliberações do conjunto. Ainda, Bordenave (1983), caracteriza os tipos de participação, sendo eles: a participação de fato, participação espontânea, participação imposta, participação voluntária, participação manipulada e participação concedida. A **participação de fato** diz respeito a natureza do ser humano, de participar de um núcleo familiar, na caça, pesca e na religião; a **participação espontânea** diz respeito à natureza social do homem, quando, naturalmente, nos incluímos em grupos de amigos ou vizinhos, de forma fluida e sem prévia organização, apenas para subconscientemente satisfazer necessidades de pertencer a algum grupo; a **participação imposta** acontece quando está aquém da nossa vontade, ou seja, quando é obrigatório, a exemplo do voto; a **participação voluntária** acontece por movimento e vontade dos envolvidos, a exemplo de associações, cooperativas, sindicatos, entre outros, no entanto, nem sempre depende apenas da vontade do grupo, pois pode ser também provocada por terceiros, a exemplo de algumas situações já institucionalizadas, como a extensão rural e o serviço social, aí surgindo a **participação manipulada**; a **participação concedida** acontece no fazer parte do poder ao ser aprovada pelos próprios subordinados e por seus superiores, a exemplo da participação nos lucros em algumas empresas (BORDENAVE, 1983).

Os tipos de participação se fazem de importante entendimento, pois ela – a participação – está diretamente relacionada ao cooperativismo. Para o cooperativismo e o funcionar de uma cooperativa, espera-se a participação voluntária, que acontece devido à vontade dos interessados em ser integrante do grupo, onde “os cooperados possam entender melhor a realidade que os circunda, passando a ser [...] agentes de melhorias ou mesmo de transformação de suas realidades.” (STABACK, 2020, p. 46), dando força ao empreendimento para continuar servindo de exemplo para os demais participantes.

Neste contexto, é importante salientar que as práticas metodológicas utilizadas nas ações de educação cooperativista influenciam direta e indiretamente na participação. Atividades percebidas pelo público-alvo (cooperados ou comunidade) como lúdicas e que fazem parte do interesse coletivo, tendem a receber um maior número de participações ativas, à exemplo de rodas de conversa ou discussão de temas ligados a realidade local, a partir de levantamento

prévio. Para isso, existem ferramentas utilizadas para captar de forma mais dinâmica e elaborada os problemas ou dificuldades de cada grupo, chamadas de ferramentas de diagnóstico participativo, sendo elas: entrevista semiestruturada, caminhada transversal, mapa participativo, linha do tempo, matriz F.O.F.A, árvore de problemas, entre outros (GUIA, 2021). Tais ferramentas podem ser adaptadas à realidade organizacional de uma cooperativa e utilizadas de forma satisfatória para as ações de educação cooperativista.

### 3. Metodologia

O ser humano, como ser social que é, traz em si um caráter investigativo, no sentido de estar sempre à procura de respostas para suas questões, desde os primórdios da humanidade, pois sempre foi possível perceber que novos conhecimentos nos fazem sair da inércia, nos permitindo evoluir de maneira acelerada. Cada dúvida causa uma nova inquietação, que por sua vez reflete na busca de respostas, nos proporcionando novos aprendizados. O homem ter interesse por descobrir é algo inato, e determinadas circunstâncias – como a pandemia da Covid-19, por exemplo – impulsionam a busca por maiores conhecimentos não somente na área da saúde e em áreas correlatas e, sobretudo, em áreas que estudam o comportamento do homem e suas relações.

No entanto, é preciso observar que há épocas de maiores incentivos governamentais à pesquisa e educação em si, até chegarmos em momentos que não há tanto interesse do poder público fazê-la, porém ainda assim, as instituições que realizam pesquisa e ensino permanecem insistindo na continuidade das mesmas que, apesar dos desafios, continuam sendo feitas.

Carter Van Good (1963 *apud* SIGELMANN. 1984, p.142) relata que existem diversos tipos e métodos de pesquisa que podem ser aplicados a depender de quais objetivos se buscam alcançar. Porém, ainda que para o termo pesquisa se apresentem diversos significados, todos eles possuem a mesma essência: busca de novos conhecimentos.

Para Gil (2002, p. 17)

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

O autor ressalta a ideia de que a pesquisa se dá e acontece quando algo não está como deveria, quando gera inquietação suficiente para se perguntar a razão de algo estar da maneira que está, crescendo assim um motivo para se querer resolver aquele problema. Para isso, as pesquisas seguem regras, chamadas de métodos, que as permitem acontecerem da melhor maneira possível, de acordo com cada problema proposto e que necessitará de resolução. Sobre isso, Lakatos e Marconi (2003, p. 83), dizem que

o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Neste sentido, pensando o conceito de método como modelo que o cientista/pesquisador utilizará para se guiar ao alcance de seus objetivos primários, no decorrer de sua pesquisa, para este trabalho será utilizado o método bibliográfico, estabelecido por Sousa *et al.* (2021, p. 66) como

o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.

Dessa forma, para esta pesquisa, realizaram-se buscas em ferramentas como o *Google Acadêmico* e repositórios de universidades como a Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), possibilitando um alargamento na esfera de pesquisa, sempre tendo como base de pesquisa termos como cooperativismo, educação e participação. Dentre as referências utilizadas para a discussão aqui proposta, contamos com os trabalhos de diversos autores conceituados na área, como Bordenave (1983), Freire (1987 e 1988), Gil (2002) e Lakatos e Marconi (2003). Com isso, buscou-se apresentar e discutir conceitos que, quando separados, apresentam diversos resultados de pesquisa, mas quando juntos – cooperativa, educação e participação – apresentam um baixo retorno no número de pesquisas disponíveis nos repositórios. Para tanto, esse trabalho apresenta um conteúdo descritivo a fim de elucidar de maneira teórica a necessidade da relação intrínseca da participação ativa dos cooperados tendo a educação como ferramenta para isso.

## 4. Resultados e discussão

### 4.1. Educação Cooperativista como ferramenta de participação dos cooperados

Para organizações como as cooperativas, a discussão da participação e do controle democrático torna-se ainda mais vital para analisar o poder dentro do seu contexto, fazendo com que seja a participação dos cooperados que viabilize o funcionamento da organização (VALADARES, 2005), visto que, para além da parte jurídica, uma cooperativa, antes de qualquer coisa, é um espaço democrático e, quando ele deixa de ser democrático, perde o sentido de ser cooperativa. No entanto, é possível perceber que, geralmente, quanto maior a cooperativa (em número de cooperados), menor é a participação e troca de informações, justificada pela inviabilidade logística de reunir todos os membros para que sejam tomadas as decisões, baseando-se apenas no quórum mínimo necessário de acordo com o Art. 40 da Lei nº 5.764/1971 (BRASIL, 1971). Já em cooperativas menores, o contrário tende a ser verdade: a participação acontece de forma mais intensificada e ativa, já que as informações circulam melhor e é possível realizar um trabalho de formação com os cooperados de maneira mais prática, por questões de logística (residirem na mesma comunidade ou localidades vizinhas).

De acordo com Freire (1988), uma das maneiras de ter uma ação educadora é trabalhar métodos e técnicas que tenham um olhar participativo. Dito isso, percebe-se que, acima de qualquer coisa, a participação é geradora de aprendizado, fazendo-se necessário criar e estimular relações dialógicas e problematizadoras, estimulando pessoas a refletir suas realidades e capacitá-las à ação transformadora e nova, utilizando isso para construção do aprendizado coletivo.

Alguns instrumentos são apresentados para aumentar a participação, principalmente em cooperativas maiores, um deles é a Organização do Quadro Social (OQS)<sup>1</sup>, que emerge como uma prática de participação institucional afim de aprimorar o controle democrático das organizações, estruturando uma nova forma de expressão entre os membros da cooperativa.

---

<sup>1</sup> Popularmente conhecido como OQS, a Organização do Quadro Social é uma ferramenta de gestão que funciona como estratégia, conheça mais em "Organização do Quadro Social (OQS): uma inovação institucional na gestão social de cooperativas" (Freitas *et al.*, 2010).

Mendes (2010, p. 84) diz que “a natureza associativa da cooperativa exige integração entre sócios e destes com a direção e os funcionários da cooperativa, ou seja, exige participação”. A participação é princípio básico para o funcionamento ideal de uma cooperativa, já que é também um fator que as difere de empresas convencionais, pois é através da participação dos cooperados que as decisões são tomadas.

Para Bordenave (1992), a participação é algo natural ao convívio social do homem, pois estamos há tanto tempo participando de algo que, mesmo quando não queremos participar, estamos inseridos. Ora, nascemos numa família, fazendo parte dela, depois fazemos parte de nossa sala de aula e de nossos círculos de amizade e assim sucessivamente. Para além, Bordenave (1983, p. 17) diz que “o futuro ideal para o homem só se dará numa sociedade participativa”, o que podemos relacionar também aos empreendimentos cooperativos dos dias de hoje. Segundo Frantz (2012, p. 12) “os fundamentos do cooperativismo moderno são os interesses dos seus associados” o que facilita no nível de participação, pois é o interesse que nos faz participar, de maneira ativa e enérgica, da realidade em que estamos inseridos.

Percebemos a importância prática da educação quando os cooperados aparentam não se interessar pelos desdobramentos das cooperativas, inclusive nas posições de liderança dentro da mesma, como comitês e diretorias. Por isso

a educação cooperativista pode ser considerada um dos maiores problemas encontrados na gestão cooperativa e que esta necessita, cada vez mais, de eficientes instrumentos de comunicação adequados à realidade do cooperativismo, como forma de impulsioná-la e assessorá-la na conquista de melhores resultados (SOUZA, *et al.*, 2013, p.61)

As práticas de comunicação dentro da cooperativa têm retorno positivo quando relacionadas à participação, ou seja, quanto maior a comunicação interna da cooperativa, maior participação dos cooperados nas atividades cruciais para o andamento da mesma. Esse interesse pode se dar, além do social, por motivos econômicos, para manter a cooperativa em atividade. Visto que a economia funciona por meio da oferta e da demanda, instala-se a concorrência entre o interesse do capital e o interesse do trabalhador (FRANTZ, 2012) saindo em “defesa do interesse do trabalho humano contra os interesses do capital” (FRANTZ, 2012, p. 12),

acontecendo na contramão da ideologia capitalista.

Podem-se realizar diversas atividades de formação e treinamento para os cooperados a fim de melhorar sua relação educacional com o mundo cooperativista, como por exemplo curso inicial no momento da adesão à cooperativa possibilitando um entendimento prévio do mundo cooperativista, fazendo com que a participação aconteça de maneira mais efetiva, partindo da ideia de que tendemos a participar mais de ações que, de alguma forma, nos interessem. Neste sentido, Ribeiro e Gervasoni (2016, p. 10) apresentam a experiência do Sistema Cresol<sup>1</sup> em que são realizadas diversas formações para os cooperados, sendo algumas delas: curso para novos sócios, o programa Um Olhar para o Futuro, espaços de formação de lideranças, programa de gênero e geração do cooperativismo solidário. Faz-se necessário compreender a importância do curso inicial para novos cooperados, os possibilitando conhecer ainda mais a realidade em que eles serão socialmente inseridos, apresentando, para além das boas, os desafios de ser fazer cooperativismo no Brasil. Ao trabalhar o cooperativismo e economia solidária com crianças de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental (RIBEIRO; GERVASONI, 2016, p. 10) no programa “Um Olhar para o Futuro” o sistema Cresol enxerga o futuro como uma realidade de cooperativismo melhor difundido ao trabalhar com crianças, afinal, elas poderão ser cooperados e dirigentes no amanhã, caso se interessem pela cooperativa, concretizando a importância da educação cooperativista como ferramenta de transformação, trabalhando o quinto princípio para a comunidade em que está inserida.

Por esse motivo, “é possível perceber que a preocupação em torno da efetivação da educação cooperativista remonta à criação da primeira cooperativa em 1844” (FERREIRA; SOUSA, 2019, p. 12). Mesmo assim, “apesar do reconhecimento da educação cooperativista na teoria, na prática poucas são as cooperativas que efetivamente conseguem implementá-las” (ALMEIDA NETA; ANJOS, 2020, p. 20), mesmo sendo pré-estabelecida como regra no 5º princípio – Educação, Formação e Informação – e na Lei 5.764/71, capítulo VII, parágrafo II, que institui

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos

---

<sup>1</sup> O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) surgiu em 1995 com finalidade de atender a demanda em prestar serviços financeiros aos agricultores familiares do interior do Rio Grande do Sul, por meio de cooperativas de crédito, uma vez que tais serviços eram inexistentes no contexto das instituições financeiras tradicionais, realizando, então, um importante papel social (RIBEIRO; GERVASONI, 2016).

empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. (BRASIL, 1971, p.6).

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é um dos instrumentos que tem por finalidade o fomento da educação cooperativista por meio da formação técnica não só de seus cooperados, mas também de seus familiares. Por tamanha importância, Almeida Neta e Anjos (2020, p. 18) relatam que

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) apregoa que as sociedades cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores contratados. Destaca, também, que a formação não pode ser restrita ao ambiente interno da organização, pois o público geral deve ser informado sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

E esse recurso financeiro exclusivo é importante para que se garanta o cumprimento do princípio já estabelecido – Educação, Formação e Informação – que “viabiliza a consolidação dos demais princípios instituídos pelo cooperativismo mundial” (FERREIRA; SILVA, 2015), se tornando, sem dúvidas, um dos princípios mais importantes para a manutenção do cooperativismo.

## 5. Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo principal fazer a análise da relação existente entre a efetividade (ou falta dela) da educação cooperativista e a participação dos cooperados no dia a dia das cooperativas. A partir disso, buscou-se: a) identificar em literatura específica as ações de educação cooperativista oferecidas aos cooperados; b) entender a relação entre as ações de educação cooperativista e a participação dos cooperados.

Como hipótese, trabalhamos com o pensamento de que a educação cooperativista está diretamente ligada a um dos mais importantes princípios do cooperativismo – Educação, Formação e Informação – que trabalha como base para a compreensão dos demais, efetivando a participação dos cooperados, pois “a natureza associativa da cooperativa exige integração entre sócios e destes com a direção e os funcionários da cooperativa, ou seja, exige participação” (MENDES, 2010, p. 84), que só é alcançada plena e assertivamente com a educação cooperativista.

Vale a pena salientar que os exemplos escolhidos para serem trazidos nessa discussão, os do Sistema Cresol, foram selecionados pois dão ênfase à educação cooperativista.

Compreendeu-se que a participação é de fundamental importância como força motriz na criação da cooperativa como um ambiente onde os cooperados de fato sintam-se seres que pertencem e fazem parte, por isso é imprescindível que o FATES, um dever legal, seja utilizado de maneira ideal, ou seja, funcionando como garantia do cumprimento de um dos deveres sociais das cooperativas: a Educação, Formação e Informação de seus cooperados e a comunidade que está inserida.

## 6. Referências

- ALMEIDA NETA, A.; ANJOS, E. **Os desafios à educação cooperativista**: análise de uma experiência em uma cooperativa de crédito na Bahia. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41073>. Acesso em 17 set. 2021.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense. 1983.
- BRASIL. Lei 5.764/71. Define a Política Nacional de Cooperativismo. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971.
- CASTANHO, A.M. Direitos Humanos na Revolução Industrial. 2008. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1602/1516>. Acesso em 22 abr. 2021.
- FERREIRA, G. M. V; SILVA, D. F. Educação Cooperativista. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015. Disponível em: [http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos\\_cooperativismo/quinta\\_etapa/arte\\_educacao\\_cooperativa.pdf](http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/quinta_etapa/arte_educacao_cooperativa.pdf). Acesso em 20 set. 2021.
- FERREIRA, P. R; SOUSA, D. N. **Educação Cooperativista**: aprofundando o conceito. *Cooperativismo & Desarrollo*, 27 (2), 1-32. 2019. Disponível em: <https://revistas.ucc.edu.co/index.php/co/article/view/2972>. Acesso em 17 set. 2021.
- FRANTZ, W. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 162 p. (Coleção educação à distância. Série livro-texto). Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 set. 2021.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 9 ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 93p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>.

Acesso em 22 abr. 2021.

FREITAS, A. F. de; *et al.* Organização do Quadro Social (OQS): uma inovação institucional na gestão social de cooperativas. **Administração Pública e Gestão Social**, p. 45-66. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4020>. Acesso em 18 set. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GUIA DE ELABORAÇÃO DE PEQUENOS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS PARA ORGANIZAÇÕES DE BASE COMUNITÁRIA. **Ferramentas de diagnóstico rural participativo**. Disponível em: <https://capta.org.br/como-fazer-o-diagnostico/ferramentas-de-diagnostico-rural-participativo/>. Acesso em 27 ago. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MEINEN, Ê.; PORT, M. Alicerces Conceituais Do Cooperativismo. IN: MEINEN, Ê.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confebras, 2014, p. 25-44. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2021/03/Cooperativismo-Financeiro-percurso-historico-perspectivas-e-desafios-de-Enio-Meinen-e-Marcio-Port.pdf>. Acesso em 07 set. 2021.

MENDES, M. M. **Relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas**. 233 p. Dissertação (Mestrado em Administração das Organizações). Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-13122010-095928/publico/MonicaMMendes.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

RIBEIRO, J; GERVASONI, F. P. A Educação Cooperativista e sua ação voltada aos cooperados da CRESOL de Águas Mornas/SC. 2016. Disponível em: <https://publicacresol.cresolstituto.org.br/upload/pesquisa/252.pdf>. Acesso em 17 set. 2021.

SEBRAE NACIONAL. **Cooperativa: o que é, para que serve, como funciona** 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/cooperativa-o-que-e-para-que-serve-como-funciona,7e519bda15617410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SIGELMANN, E. Tipos de pesquisa: aspectos metodológicos específicos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro. v. 36, n. 3, jul./ set./1984. p. 141-155. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/19012/17746>. Acesso em 18 set. 2021.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em 02 set. 2021.

SOUSA, D. N. de; *et al.* A comunicação como ferramenta da educação cooperativista. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2014. DOI: 10.36363/rever212013%p. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3295>. Acesso em: 5 jun. 2021.

STABACK, D. F. Educação Cooperativista e sua Importância na Manutenção do Cooperado: o

---

*Educação, formação e informação no contexto da educação cooperativista ...*

caso da Cooperativa Agroindustrial C. Vale. 2020, 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4889>. Acesso em: 1 set. 2021.

VALADARES, J. H. *Estratégias de educação para a cooperação*. UFV. Viçosa. Minas Gerais. 2005.

**Licença:**



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)